PADRÃO DEPENDENTE DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR E ATUALIDADE DO PROJETO BURGUÊS

Janaína Lopes do Nascimento Duarte[1]

Bianca Stéfani Alexandre Irineu[2]

RESUMO

O objeto de investigação deste artigo é a política de educação superior no capitalismo dependente. A partir de revisão de literatura, o texto tem como objetivo problematizar a política de educação superior no Brasil, em sua relação local e hegemônica, nos termos de Florestan Fernandes, considerando os processos de continuidade do projeto burguês de desmonte do setor público e estímulo ao setor privado educacional. Assim, analisa-se: a formação do capitalismo dependente brasileiro e como este repercute na educação superior; e o padrão dependente nas políticas sociais e suas disputas em torno da educação superior contemporânea, contribuindo para a sua não democratização no país. Por fim, defende-se um projeto de educação que, de fato, seja democrático e que garanta o acesso e a permanência dos trabalhadores ao ensino superior brasileiro.

Palavras-chave: Educação Superior. Capitalismo Dependente. Neoliberalismo.

ABSTRACT

The object of investigation of this article is the policy of higher education in dependent capitalism. Based on a literature review, the text aims to problematize the higher education policy in Brazil, in its local and hegemonic relationship, in the terms of Florestan Fernandes, considering the continuity processes of the bourgeois project of dismantling the public sector and stimulating the private educational sector. Thus, it is analyzed: the formation of Brazilian dependent capitalism and how it affects higher education; and the pattern dependent on social policies and their disputes around contemporary higher education, contributing to its non-democratization in the country. Finally, an education project is defended that, in fact, is democratic and that guarantees the access and permanence of workers to Brazilian higher education.

Keywords: Higher Education. Dependent Capitalism. Neoliberalism.

[1] Professora do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Política Social (PPGPS), ambos da Universidade de Brasília (UnB); Mestre e Doutora em Serviço Social; jana.lopesduarte@gmail.com.

[2] Assistente Social da Universidade Federal de Goiás (UFG); Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Política Social (PPGPS) da Universidade de Brasília (UnB); bs.biancastefani@gmail.com.

1 INTRODUÇÃO

Neste artigo, empreendeu-se uma breve análise sobre a política de educação superior no Brasil a partir do seu padrão dependente capitalista. Desse modo, objetivou-se problematizar a política de educação superior no Brasil de capitalismo dependente, em sua relação local e hegemônica, nos termos de Florestan Fernandes, considerando os processos de continuidade do projeto burguês de desmonte do setor público e estímulo ao setor privado educacional.

Como resultado de revisão de literatura e a partir do método materialista histórico-dialético, este texto buscou identificar a articulação entre aspectos da totalidade, particularidade e singularidade do capitalismo na periferia e seus desdobramentos para a educação superior no Brasil. Neste sentido, na primeira seção, analisamos a formação do capitalismo dependente brasileiro e como este repercute na educação superior. Na segunda seção, apresentamos o padrão dependente nas políticas sociais e suas disputas em torno da política de educação superior contemporânea, a partir de processos de continuidade que revelam o desmonte do público e o incentivo ao privado, contribuindo para a não democratização da educação superior no país. Nas considerações finais, defendemos um projeto de educação que, de fato, seja democrático e garanta o acesso e a permanência da classe trabalhadora no ensino superior brasileiro.

2 CAPITALISMO DEPENDENTE BRASILEIRO E REPERCUSSÕES PARA A EDUCAÇÃO

A partir dos estudos florestanianos, entende-se que o Brasil, como parte da América Latina, está inserido na periferia do sistema capitalista como resultado do processo de expansão mundial do capitalismo em seu estágio monopolista. De forma estrutural e dinâmica, tal situação define a ordem social, cultural e econômica brasileira conectada à lógica capitalista, a partir de uma relação de dependência com os países imperialistas. Em função disso, a particularidade da formação social

brasileira é constituída pelos ditames de heteronomia, ou seja, ausência de autonomia, pois

> [...] trata-se de uma economia de mercado capitalista constituída para operar estrutural e dinamicamente [...] como uma *entidade subsidiária e dependente* no nível das aplicações reprodutivas do excedente econômico das sociedades desenvolvidas; e como uma entidade tributária, no nível do ciclo de apropriação capitalista internacional, no qual ela aparece como uma fonte de incrementação ou de multiplicação do excedente econômico das economias capitalistas hegemônicas (FERNANDES, 1972, p. 36-37, grifos nossos).

Nessa direção, a especificidade da expansão capitalista interna, no contexto de um país latino-americano, realça a ausência de autonomia nos processos das relações sociais capitalistas e de classes, ainda que a burguesia local seja integrada e parceira das burguesias dos países hegemônicos.

Cabe destacar que o capitalismo é dinâmico e exige uma "modernização" das forças produtivas, mas, em países dependentes, mantém-se uma associação permanente entre formas arcaicas e modernas, a partir da constituição e das particularidades da luta de classes[3]. Um dos determinantes para essa relação social entre burguesia local e burguesia imperialista se mantém pela troca de interesses, nos quais a burguesia local necessita do capitalismo dependente para manter a renda, prestígio e poder, bem como constitui uma das estratégias para desmontar a organização social dos trabalhadores. Portanto, nos dizeres de Fernandes (1972, p. 61), o capitalismo dependente une o arcaico ao moderno onde "suscita seja a arcaização do moderno seja a modernização do arcaico".

Para o autor, mesmo a "revolução dentro da ordem" não foi efetivada nos países heteronômicos/dependentes, pois as classes sociais, em especial a burguesia local, sempre operou no sentido de preservar e intensificar seus privilégios, excluindo, majoritariamente, os demais. Assim, historicamente no Brasil, ocorreu em 1964 uma

[3] É digno de nota destacar que, no capitalismo dependente, a burguesia nascente foi incapaz de romper com a condição colonial permanente forjada desde o Brasil colônia, pois "as estruturas sociais e econômicas do mundo colonial ficaram intactas, respondendo às necessidades das elites nativas e do mercado mundial de natureza heteronômica" (LIMA; SOARES, 2020, p. 43). Por outro lado, a classe trabalhadora brasileira se formou a partir das fragilidades da constituição do trabalho livre, marcado por traços complexos do escravismo, da exclusão e pelas dificuldades concretas de organização e participação dos trabalhadores nos processos sociais em solo brasileiro (FERNANDES, 2017).

contrarrevolução burguesa em que "isolaram o povo da história e confundiram seus interesses particulares e imediatos com os interesses da nação e do futuro" (FERNANDES, 1980, p. 2)[4].

Conforme Cardoso (2005) analisa na obra florestaniana, a atualidade nos mostra que no capitalismo dependente, ainda que assuma várias formas e degradações a depender de cada país, estes possuem uma importante característica em comum: a necessidade de uma dupla apropriação para gerar riqueza, ou seja, a classe trabalhadora é duplamente expropriada pela burguesia local e internacional, movimento que não autoriza abertura para concessões (democráticas), ainda que sejam concessões que não mudem a ordem existente.

Segundo Fernandes (1972), a formação social brasileira, pautada pela lógica capitalista dependente, é constituída por uma pequena minoria de privilegiados, fruto da autocracia burguesa, que detém ainda parte do poder colonial que lhe permite incorporar a si própria (classe dominante) uma dominação que extrapola a categoria econômica, e abrange a dominação cultural, social e política.

Tais relações sociais, econômicas e políticas consensuadas são intensificadas no capitalismo dependente com o ideário neoliberal imposto efetivamente nos anos 1990, no Brasil, como resultado do processo de continuidade do capital a partir da redemocratização[5]. Baseado nos ditames de financeirização do capital com a subordinação ao mercado, o neoliberalismo constitui a mundialização a partir de uma "nova divisão internacional do trabalho, obrigando os países devedores *(dependentes)* a se submeterem a políticas de ajustes econômicos e reformas estruturais e

[4] A partir de análises florestanianas é importante ressaltar que no Brasil não ocorreu uma revolução burguesa clássica (FERNANDES, 1980), uma vez que se verifica "a modernização das estruturas econômicas e sociais brasileiras de forma diferenciada da revolução burguesa clássica, combinando uma burguesia sem perfil revolucionário, uma classe trabalhadora ainda em processo de organização de um projeto contra a ordem burguesa, a intervenção decisiva do Estado, espaço de disputas entre e intraclasses e a ação diretiva do imperialismo" (LIMA; SOARES, 2020, p. 47).

[5] Conforme Fernandes (1989) analisa no período da Assembleia Nacional Constituinte, o processo de redemocratização brasileiro estimulou a continuidade das políticas já em curso no contexto da ditadura civil militar: "A Nova República tentou levar até as últimas consequências aquilo que a ditadura pretendeu realizar e não conseguiu. De modo que o papel do atual regime é o de manter todas as políticas preexistentes e buscar, por meio de vários subterfúgios, concretizá-las, na medida do possível" (FERNANDES, 1989, p. 108).

institucionais, sob a pena de uma exclusão mais rápida do sistema" (MELO, 2004, p. 47, grifo nosso).

Caracterizada por Behring (2003) de contrarreforma do Estado – conceito utilizado para caracterizar o processo de desestruturação do Estado e a perda de direitos em face do processo de reestruturação produtiva do capital, bem como suas consequências para o mundo do trabalho – como uma expressão do projeto neoliberal, aprofunda-se o processo de privatização e desmonte das políticas sociais no Brasil. Conforme análise de Duarte (2020), a contrarreforma do Estado seria de fato um processo direcionado para a adequação (de modo mais eficiente e atualizado) da estrutura estatal às exigências da inserção brasileira dependente, conforme interesses do capital financeiro mundializado no capitalismo contemporâneo.

No que se refere à educação superior, de acordo com Duarte (2020, p. 39), há um "alinhamento da política educacional à direção geral do projeto neoliberal", materializado por ações e normatizações que sustentam o processo de contrarreforma da educação superior no Brasil, especialmente a partir dos anos 1990. Aqui reside a concepção de educação não como direito, mas como serviço que deve ser prestado e negociado no mercado educacional, a partir do estímulo ao setor privado, com suporte do fundo público e desmonte das universidades públicas. Tal processo

> [...] é marcado pela privatização, em especial da educação superior, por meio de parcerias, financiamento privado de pesquisa e tecnologia na universidade pública, diversificação das instituições e dos cursos de nível superior, sob a aparência da expansão da democratização do acesso, bem como desarticulação entre ensino e pesquisa nas instituições e ensino superior (DUARTE, 2020, p. 43-44).

Logo, no que se refere à educação superior, o projeto neoliberal materializa e articula interesses burgueses locais e hegemônicos que viabilizam a continuidade do processo de dominação/dependência brasileira, privilegiando o setor privado em detrimento das instituições públicas e da educação como um direito no Brasil.

3 PADRÃO DEPENDENTE DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: aspectos de continuidade e a não democratização do ensino superior

Na conjuntura brasileira, a proteção social em seu movimento contraditório adquire uma forma “fragmentada, tímida e limitada” (PIEDADE; PEREIRA, 2016, p. 58), em que assume a função de garantir a reprodução do capital, combinada à reprodução das desigualdades sociais, secundarizando o princípio universalizante. Segundo Pereira (2013), uma das mediações da proteção social são as políticas sociais, que consistem em respostas à questão social[6] assumidas pelo Estado no modo de produção capitalista, na qual tem como finalidade atender aos interesses antagônicos das classes sociais, dado o seu consenso e legitimidade históricos.

Por conseguinte, as políticas sociais geridas sob o capitalismo dependente, especificamente diante dos determinantes econômicos-sociais brasileiros do processo de rearticulação da sociedade civil no pós-ditadura civil-militar (1964-1975), caracterizam-se como resultado da:

> luta política por direitos sociais básicos, realçando a questão da cidadania, que culmina com a ampliação dos direitos sociais na Constituição Federal de 1988, na qual a noção de Seguridade Social, abrangendo as políticas de Assistência, Saúde e Previdência Social, realça uma nova concepção de direito social, ampliando os deveres do Estado para com os cidadãos e ampliando a visibilidade política e acadêmica das questões sociais vivenciadas pela maioria da população brasileira (SILVA, 2015, p. 9).

Dessa maneira, os direitos sociais estão materializados nos princípios dos direitos coletivos na Constituição Federal de 1988. O Estado é o principal regulador e tem o dever de proporcionar aos sujeitos sociais condições básicas de acesso a várias políticas, como “a *educação*, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e a infância, a assistência aos desamparados” (BRASIL,1988, p. 18, grifo nosso).

Apesar do discurso jurídico-legal defender o princípio da universalização dos direitos sociais conquistados, a hegemonia do neoliberalismo impõe uma crescente

[6] “A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e no seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento, como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação no cotidiano, da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e da repressão” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 83-84).

restrição, exclusão, fragmentação e desmonte das políticas sociais, reduzindo cada vez mais a perspectiva do sistema de proteção social brasileiro. É neste sentido que os adeptos da Nova Direita interpretam as necessidades sociais de modo individualizante e "não admitem a existência de necessidades coletivas e muito menos de meios universalmente efetivos de atendê-las." (PEREIRA, 2016, p. 141).

Segundo Silva (2015), o desmonte gradativo, com o neoliberalismo, representa uma crise fiscal imposta pela exigência do capitalismo internacional de redefinir o movimento dinâmico estrutural econômico em uma perspectiva competitiva, com a reforma e a minimização do Estado direcionadas especialmente para o campo das políticas sociais.

Referenciada em discursos meritocráticos e mercadológicos, a política de educação é uma das políticas sociais fortemente atacadas pelo neoconservadorismo na contemporaneidade. Presente na Constituição Federal de 1988, no artigo 205, a educação é "*direito* de todos e dever do Estado e da família (e), será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho" (BRASIL,1988, p. 123, grifo nosso).

A educação brasileira, seja ela básica ou superior[7], sofreu constantes transformações que sempre disputaram seu direcionamento, assim como passou por fases de expansão, mas tudo sempre afinado com os interesses dominantes, ou seja, como resultado de um processo de continuidade do projeto hegemônico burguês.

Inserida no seio do movimento da ditadura civil-militar, a Reforma Universitária de 1968 consistiu em uma reforma da Política Educacional apoiada em uma narrativa deturpada de valorização da educação, mas que culminou na desmobilização dos movimentos sociais ligados à educação e no enfraquecimento político-social do projeto educacional da comunidade universitária, voltados para os interesses da classe trabalhadora. A finalidade deste processo era levar adiante o projeto de sociedade da burguesia local, atrelada com a burguesia internacional, voltado para a adequação da educação que atendesse aos interesses do mercado.

[7] Conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394 de 1996 (BRASIL, 1996).

Contraditoriamente, atrelada à conjuntura social e econômica de supressão da democracia no período da ditadura, ocorreu a expansão das universidades na década de 1970, tanto no setor público quanto no setor privado. Esta conjuntura configurou, conforme Duarte (2020), um primeiro importante ciclo de expansão da educação superior brasileira, pois

> A reforma da educação superior no período da ditadura alargou as fronteiras do ensino superior, ampliou as funções da universidade, porém a partir de um *processo desigual*, aliado a um projeto de desenvolvimento nacional pautado na *conjugação de interesses da burguesia local e externa* e marcado pela *privatização* e pela *repressão* à resistência; ou seja, atendendo plenamente aos interesses econômicos da burguesia nacional e internacional (DUARTE, 2020, p. 31, grifos nossos).

Fernandes (1975) também ressalta que houve um desnivelamento dos privilégios educacionais das elites e não um processo de democratização universal das oportunidades educacionais. Acessar a educação brasileira, ainda que dentro dos ditames de uma democracia burguesa, é (e continua sendo) resultado do processo de disputas entre as classes em que a luta e a organização da classe trabalhadora é determinante, sobretudo em relação ao ensino superior.

> Ora, uma coisa é a educação das elites e para as elites; outra, bem diversa, é a educação do Povo para o Povo. Será inútil falar em fórmulas mágicas, como “desenvolvimento econômico”, “progresso social” ou “democracia”, enquanto não se substituir o sistema educacional que possuímos, montado para elites, por um sistema educacional aberto a todos, capaz de preparar o homem para uma sociedade na qual o trabalho é uma fonte de dignificação da pessoa e todos que aspiram à liberdade, à igualdade de oportunidade e à segurança social (FERNANDES, 1966, p. 349).

As massivas mobilizações sociais contrárias ao modo ditatorial, bem como a luta em defesa da (re)democratização, resultaram em algumas reformas sociais materializadas na Constituição Federal de 1988. Ainda que nos limites da transição democrática e do contexto introdutório da ofensiva neoliberal, este processo implicou em algumas garantias, conforme o artigo 207: “As universidades gozam de *autonomia* didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de *indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão*” (BRASIL, 1996, p. 123, grifos nossos).

No entanto, as contradições estão presentes e, no processo de disputas de classe, a continuidade do projeto da burguesia constrói uma política mascarada de inclusão de classe nos cursos de nível superior que, ao mesmo tempo em que visava a ampliação de acesso ao grau superior, o privilegiamento social se manteve, como ressalta Lima (2007, p. 126, grifos nossos):

> a partir da identificação da educação como um serviço público não-estatal, foi operacionalizada uma crescente desresponsabilização do Estado com a educação superior, por meio da redução de verbas públicas para seu financiamento e, simultaneamente, do estímulo ao empresariamento deste nível de ensino, *sob a aparência de democratização do acesso à educação*.

Em estudos mais recentes, Lima (2019) ressalta que as sucessivas ameaças à política educacional, bem como as estratégias de desmonte do ensino superior público, iniciada no século passado, instalam um campo de exploração lucrativa para os setores privados brasileiros e internacionais. Ademais, os organismos internacionais como Banco Mundial (BM), Fundo Monetário Internacional (FMI) e Organização das Nações Unidas (UNESCO), aliados da burguesia local, impõem diretamente suas recomendações às configurações da educação superior brasileira, como parte do pacote de educação da periferia do capitalismo.

A linha de continuidade (embora com novidades) está presente também no contexto mais recente, nos anos 2000, com o governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011) que implementou alguns programas que contribuíram com o processo de expansão do ensino superior, tanto público[8] como privado, mas com disparidade imensa no quantitativo de instituições e na abertura de vagas, especialmente em relação ao setor privado. Duarte (2020) complementa que o período petista (Lula e Dilma) estimulou as parcerias público-privadas para financiamento da política educacional e a ampla abertura do setor educacional superior para empresas e grupos estrangeiros, principalmente a partir da expansão do ensino a distância.

[8] Destacam-se os programas de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), Programa Universidade para Todos (ProUni), o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) para o acesso ao ensino superior na esfera privada; e o Sistema de Seleção Unificada (Sisu) para o acesso às universidades públicas.

De acordo com o Censo da Educação Superior de 2019 (INEP, 2020), o Brasil possui 2.608 Instituições de Ensino Superior (IES), sendo: 302 públicas, subdivididas entre federal (110), estadual (132) e municipal (60); e 2.306 instituições privadas. Em relação à oferta de vagas em cursos de graduação foram ofertadas 16.425.302 vagas, divididas em: a) 837.809 vagas em instituições públicas, contando com 484.569 direcionadas para as universidades federais; e b) 15.587.493 vagas em instituições privadas. Cabe ainda destacar que, do total de vagas, 10.395.600 foram oferecidas na modalidade EAD, sendo destas 10.292.016 nas IES privadas, e apenas 6.029.702 foram oferecidas na modalidade presencial, sendo 734.225 em IES públicas e 5.295.477 em IES privadas (INEP, 2020).

Os dados desse último Censo (INEP, 2020) ainda apontam que as matrículas aumentaram em torno de 43,7% no período entre 2009 e 2019, indicando que "a manutenção da tendência de crescimento só foi possível com a expansão da oferta dos cursos a distância" (INEP, 2020, p. 18). Em 2019 foram contabilizadas 8.604.526 vagas, com participação de 75,8% (6.523.678) nas IES privadas e apenas 24,2% (2.080.146) na rede pública. Assim, concordamos com Duarte (2020, p. 72, grifos nossos) que

> a trajetória da educação superior e seus processos expansivos no Brasil expressam um *movimento de continuidades e novidades* (com aprofundamentos) voltadas para a contrarreforma dessa política, a partir das suas *determinações estruturantes e de como seus elementos dinâmicos* se materializam no tempo e no espaço. [...] cujo fio condutor estrutura o projeto de educação superior brasileiro, constituído pela burguesia nacional em articulação com as demandas da burguesia internacional.

Cabe destacar que no Governo Temer o financiamento das políticas sociais, principalmente da saúde e da educação, modificou-se e foi diretamente atingido com a aprovação da Emenda Constitucional nº 95, que instituiu o congelamento dos gastos sociais, limitando os recursos das despesas primárias ao valor investido no ano anterior, reajustado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Por conseguinte, o orçamento para a educação não pode ser ampliado e sua implicação deriva em cortes, restrições e congelamentos, em especial, no ensino superior. Tal situação foi agravada com a continuação do direcionamento de grande parte do

orçamento público para o pagamento de juros da dívida pública, o qual prioriza o capital financeiro em detrimento das políticas sociais.

O panorama de barbárie social (NETTO, 2012) se intensifica sob o mandato vigente de Jair Bolsonaro, no qual a educação superior é vista como mero modelo tecnicista e instrumental para o acúmulo e manutenção dos privilégios burgueses locais e imperialistas, investindo-se no chamado "empreendedorismo" que, na verdade, gera sujeitos "empresários-de-si". Isso se traduz também na busca quase paranoica de controle dos conteúdos ministrados nas IFES ao classificar como "ideológico" todo conhecimento que, de alguma forma, questione o *status quo* (FLORES; MATTOS, 2020, p. 14).

Recentemente, um relatório da comissão da Câmara que acompanha os trabalhos do Ministério da Educação identificou a redução dos investimentos em educação durante a pandemia[9] de Covid-19 em 2020: "o Programa Educação Conectada, do MEC, que tem o objetivo de ampliar a conexão de internet nas escolas, teve menos da metade das verbas do ano anterior, quando não havia pandemia" (G1, 2021, *on line*). Na educação superior, o corte orçamentário ultrapassou R$ 134 milhões (70%) destinados ao funcionamento das universidades federais (G1, 2021). São dados que revelam a continuidade do projeto da classe dominante para a educação: desmonte do setor público e estímulo ao setor privado empresarial.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa breve exposição indica o processo de incentivo explícito ao setor privado, voltado para os interesses do mercado internacional em associação ao nacional, bem

[9] O ano de 2020 foi impactado mundialmente pela pandemia de Covid-19 causada pelo novo Coronavírus (SARS-CoV-2). Além do número acentuado de mortes (541.266 em julho de 2021) ocasionadas pelo vírus, o processo lento de vacinação e a lotação de leitos das Unidades de Tratamentos Intensivos (UTI's) em todos os estados brasileiros, a pandemia escancarou ainda mais as expressões da questão social e a forma como cada Estado interveio na crise sanitária e econômica. De acordo com o observatório Covid-19 (FIOCRUZ, 2021), a estimativa de infectados e mortos concorre diretamente com o impacto sobre os sistemas de saúde, com a exposição de populações e grupos vulneráveis, a sustentação econômica do sistema financeiro e da população, a saúde mental das pessoas em tempos de confinamento e o temor pelo risco de adoecimento e morte, acesso a bens essenciais como alimentação, medicamentos, transporte, entre outros.

como o desmonte (em andamento) da política de educação superior pública, implicando diretamente no funcionamento das atividades de ensino, pesquisa e extensão das universidades públicas e no modo como o ensino é ofertado, tendo em vista o histórico da condição dependente/heteronômica brasileira que vem influenciando o direcionamento social e político da educação na atualidade. Por isso, compartilhamos das análises de Fernandes (1989, p. 109, grifos nossos):

> É necessário abrir as comportas para que as oportunidades educacionais alcancem, crescentemente, as grandes massas. Pode-se dizer que isso custa caro. Mas também custa caro transferir recursos públicos para a iniciativa privada e ninguém diz nada contra isso. [...] Como se pode pensar numa consciência social e democrática enquanto permanece o monopólio de classe do saber? Não pode formar personalidades democráticas. E, de outro lado, não é tolerante. É intolerante, é *um instrumento de dominação ideológica.*

No capitalismo dependente brasileiro é fundamental defender um projeto de educação de fato democrático, que garanta acesso e permanência da classe trabalhadora e dos seus descendentes no ensino superior.

REFERÊNCIAS

BEHRING, Elaine. **Brasil em Contra-Reforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2020]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 1 jan. 2021.

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Presidência da República. Brasília, 1996. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf Acesso em: 14/07/2021.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. Sobre a teorização do capitalismo dependente em Florestan Fernandes. In: FÁVERO, Osmar (org.) **Democracia e educação em**

Florestan Fernandes. Campinas, SP: Autores Associados; Niterói, RJ: EDUFF, 2005. p. 07-40.

DUARTE, Janaína Lopes do Nascimento. Educação Superior no Brasil e seus ciclos expansivos: processos de continuidades e novidades. In: **Educação Superior e Trabalho Docente no Serviço Social**: processos atuais, intensificação, produtivismo e resistências. 1ª ed. Curitiba: Appris, 2020, p. 25-73.

FERNANDES, Florestan. **Educação e Sociedade no Brasil**. São Paulo: EDUSP/Dominus, 1966.

FERNANDES, Florestan. **O desafio educacional**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989.

FERNANDES, Florestan. **Significado do Protesto Negro**. São Paulo: Expressão Popular/Fundação Perseu Abramo, 2017.

FERNANDES, Florestan. Sob a tensão política do presente. In: **Brasil: em compasso de espera**. Pequenos escritos políticos. Coleção Pensamento Socialista. SP: HUCITEC, 1980, p. 1-109.

FERNANDES, Florestan. Sociedade de classes e subdesenvolvimento. In: **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. Biblioteca de Ciências Sociais. 2ª edição revista e ampliada. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972, p. 9-90 (cap. 1).

FERNANDES, Florestan. **Universidade Brasileira**: reforma ou revolução? São Paulo: Alfa-Omega, 1975.

FIOCRUZ, Fundação Oswaldo Cruz. **Observatório Covid-19** – informação para a ação. Disponível em: https://portal.fiocruz.br/impactos-sociais-economicos-culturais-e-politicos-da-pandemia. Acesso em: 24 mar. 2021.

FLORES, Mariana; MATTOS, Vivian. O último a sair apaga a luz? Contribuições à luta pela universidade pública. **Universidade e Sociedade** / Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - Ano I, nº 1 (fev. 1991) Brasília: Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior. Semestral. ISSN 1517 – 1779. 2020 - Ano XXX Nº 65.

G1. GLOBO NOTÍCIAS. **Comissão da Câmara conclui que o MEC reduziu investimentos na pandemia.** Jornal Nacional, 06 abr. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2021/04/06/comissao-da-camara-

conclui-que-o-mec-reduziu-investimentos-na-pandemia.ghtml> Acesso em: 20/07/2021.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO; Raúl de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil:** esboço de uma interpretação histórico-metodológica. Ed. 41. São Paulo: Cortez, 2014.

INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Notas estatísticas**. Disponível em: <https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2020/Notas_Estatisticas_Censo_da_Educacao_Superior_2019.pdf> Acesso em: 04 jan. 2021.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Superior 2019.** Brasília-DF, outubro de 2020. Ministério da Educação (MEC). Disponível em: < https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2020/Apresentacao_Censo_da_Educacao_Superior_2019.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2021.

LIMA, Kátia. **Contrarreforma na Educação Superior**: de FHC a Lula/ Kátia Lima. – São Paulo: Xamã, 2007. 206 p.; 23 cm.

LIMA, Kátia. **Desafio educacional brasileiro e ofensiva ultraconservadora do capital**. Universidade e Sociedade / Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - Ano I, nº 1 (fev. 1991) Brasília: Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior. Semestral ISSN 1517 – 1779, 2019 - Ano XXIX - Edição Especial América Latina (out. 2019).

LIMA, Kátia; SOARES, Marcela. Capitalismo Dependente, contrarrevolução prolongada e fascismo à brasileira. In: LIMA, Kátia (org.). **Capitalismo Dependente, racismo estrutural e educação brasileira:** diálogos com Florestan Fernandes. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020, p. 41-59.

MELO, Adriana A. Sales. **A mundialização da educação**. Consolidação do projeto neoliberal na América Latina. Brasil e Venezuela. Maceió: Edufal, 2004. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/253166. Acesso em: 25 fev. 2021.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo e barbárie contemporânea**. Argumentum, 2012. 4(1), 202–222. https://doi.org/10.18315/argumentum.v4i1.2028.

PEREIRA, Camila Potyara. **Proteção Social no Capitalismo:** crítica a teorias e ideologias conflitantes*.* São Paulo: Cortez, 2016.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. Proteção Social Contemporânea: cui prodest? In: **Serviço Social e Sociedade***.* São Paulo, n. 116, p. 636-651, out./dez. 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n116/04.pdf. Acesso em: 01 de set. 2020.

PIEDADE, Conceição. PEREIRA, Potyara Amazoneida P. Crise do capital e atuais tendências da (des) proteção social: traços ilustrativos da seguridade social brasileira capital. In: **Serviço Social & Saúde**, Campinas, SP, v.15, n. 1 (21), p. 51-70, jan./jun. 2016.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. O padrão de proteção social e a reforma das políticas sociais no Brasil. In: **Revista de Políticas Públicas**, São Luís- MA, v. 4, n. 1.2, p. 27-50, 2000. Disponível em: http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/issue/view/261/showToc. Acesso em: 15 dez. 2020.